

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****5ª VARA CÍVEL****RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **4002027-82.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Embargos de Terceiro - Esbulho / Turbação / Ameaça**
 Embargante: **DERIC CESAR DA SILVA**
 Embargado: **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS - NPL I**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

DERIC CESAR DA SILVA, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Embargos de Terceiro em face de FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS - NPL I, também qualificado, alegando seja proprietário do veículo *FORD RANGER*, adquirido em outubro de 2008 na revendedora de nome fantasia *GRÉCIA AUTOMÓVEIS*, através de financiamento bancário, tendo sido emitida a Nota Fiscal nº 000430 em favor do próprio Banco, e tendo realizado a transferência de registro em 01 de outubro de 2008, sendo que já teria pago o valor integral da dívida, quitando o financiamento em novembro de 2013, sendo então surpreendido com a notícia de bloqueio judicial determinado pelo Juízo da 5ª Vara Cível de São Carlos, processo 972/2009, em 21/05/2013, constrição essa que causa turbação na posse de seu bem, e porque se entende proprietário e de possuidor de boa fé requereu seja desconstituída a penhora feita sobre o bem.

Foi deferida liminarmente a suspensão da execução em relação ao veículo, condicionada à prestação de caução, ainda não regularizada, tendo o embargado contestado o pedido sustentando que o contrato teria sido firmado livremente e sem coação ou imposições inflexíveis, de modo que o embargante firmou o contrato por sua própria conveniência e opção, facultando-lhe a liberdade de contratar o mesmo negócio jurídico em outras instituições financeiras presentes no mercado, de modo que sua conduta estaria em desconformidade com a boa-fé objetiva, havendo necessidade de observância dos contratos e sua revisão judicial apenas em circunstâncias que não gerem imenso dissídio doutrinário e jurisprudencial é uma imposição decorrente do princípio da segurança jurídica e da estabilidade do Direito, passando daí a ponderar seja incabível o pleito de compensação de valores que o embargante considera ter pago indevidamente na presente relação, cumprindo-lhe saldar o seu débito tal como apresentado e proposto, concluindo pela improcedência dos embargos de terceiro.

O embargante postulou a reconsideração da determinação de prestação de caução no valor equivalente ao do automóvel, sem replicar.

É o relatório.

Decido.

O argumento do embargante, de que é adquirente de boa-fé porquanto tenha comprado o veículo de um revendedor de usados a partir de financiamento bancário, dívida esta já quitada, não foi contestado pelo banco réu.

Aliás, a contestação do banco réu trata de temas completamente alheios aos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

embargos, porque, lida a inicial, não há nela pedido algum referente ao contrato em que se funda a execução ou compensação de valores.

Então, já a partir desse fato processual poderia este Juízo tomar como verdadeiro o fato da aquisição de boa-fé, atento a que *“se o fato narrado pelo autor não é impugnado especificamente pelo réu de modo preciso, este fato, presumido verdadeiro, deixa de ser fato controvertido”* (cf. JOSÉ JOAQUIM CALMOM DE PASSOS ¹), pois *“a regra do art. 302 dispensa o fato não contestado de prova e impede que o juiz forme uma convicção própria sobre ele”* (LUIZ GUILHERME MARINONI) ².

Mas não é só, porque a nota fiscal de fls. 10 demonstra a compra regular do veículo em 01 de outubro de 2008, cerca de cinco (05) anos antes da consulta e bloqueio do registro do veículo, ocorrida em 21 de maio de 2013.

A partir do resultado da pesquisa *RenaJud*, o que se pode concluir é que o embargante não transferiu para o seu próprio nome o registro de propriedade do veículo junto ao Detran, porquanto a devedora *Françoise Alexandra Troiano Automóveis* seja justamente aquela que vendeu o veículo *Ford Ranger* ao embargante ainda em 01 de outubro de 2008, conforme pode ser lido na nota fiscal de fls. 10.

Ou seja, a aquisição do veículo pelo embargante à devedora/executada foi, de fato, feita em boa-fé, de modo que são procedentes os presentes embargos, cumprindo ao banco embargado arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado.

Acolhidos no mérito os embargos, dispense a caução e determino a suspensão da execução em relação a esse veículo, sem prejuízo de que deva ser mantido sob a posse do embargante, mediante termo de depósito e mantido o bloqueio judicial, porquanto, segundo consta da inicial, afirma o embargante a intenção de venda do bem, por ora, inviável, até que resolvido em definitivo estes embargos.

Isto posto, JULGO PROCEDENTES os presentes embargos, em consequência do que MANTENHO o veículo *IMP/FORD RANGER XL, ano 1996, cor branca, placa GUA-7128*, NA POSSE do embargante *DERIC CESAR DA SILVA*, desconstituindo a penhora e/ou bloqueio judicial no registro de propriedade, e em consequência CONDENO o banco/embargado *FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS - NPL I* ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado.

Dispense a prestação caução de caução pelo embargante e determino a imediata suspensão da execução em relação a esse veículo, sem prejuízo de que, até que transitada em julgado a presente sentença, deva ser mantido sob a posse do embargante mediante termo de depósito, mantido o bloqueio judicial, pelas razões acima.

P. R. I.

São Carlos, 26 de novembro de 2014.

VILSON PALARO JÚNIOR

Juiz de direito.

¹ JOSÉ JOAQUIM CALMOM DE PASSOS, *Comentários ao Código de Processo Civil*, Vol. III, 8ª ed., 2001, Forense-RJ, n. 197.2/3/4, p. 287.

² LUIS GUILHERME MARINONI, *Tutela Antecipada, Julgamento Antecipado e Execução Imediata da Sentença*, 4ª ed., 2000., n. 5, p. 79.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**